



Rosa Honrado Calado e Fernando Mão de Ferro

[COORDENAÇÃO]



Casa do Alentejo

CULTURA, LIBERDADE E SOLIDARIEDADE

100.º ANIVERSÁRIO



Rosa Calado e Fernando Mão de Ferro

[COORDENAÇÃO]

Casa do Alentejo



Cultura, Liberdade e Solidariedade



100.º ANIVERSÁRIO



Edições Colibri



CASA DO ALENTEJO

Título: Casa do Alentejo. Cultura, Liberdade e Solidariedade – 100.º Aniversário

Preâmbulo: João Proença – Presidente da Casa do Alentejo

Coordenação: Rosa Honrado Calado e Fernando Mão de Ferro

Prefácio: Santiago Macias

1.ª parte – “É TÃO GRANDE O ALENTEJO”

Galopim de Carvalho • António Carlos Silva • Leonor Rocha • André Carneiro • Jorge de Oliveira • Beatriz Felício • Teresa Fonseca • António Murteira • António Figueira Mendes • Jorge Gaspar • José Maria Pós de Mina • Manuel Branco • Ana Paula Amendoeira • Paulo Barriga • Eduardo Luciano • Hernâni Matos • Ana Margarida Azinhais • Francisco Sabino • Ana Durão Machado • Luís Maçarico.

2.ª parte – “A CASA DO ALENTEJO”

Rui Rosado Vieira • Guilherme Alves Coelho • Luís Filipe Maçarico • João Miguel Henriques • Rosa Honrado Calado • Vivaldo Quintans • Francisca Bicho • Maximiano Gonçalves • Avelino Bento • Luís Carvalho • Eduardo Raposo • Francisco do Ó Pacheco • José Miranda • José Sucena • Fernando Martinho • Ana Isabel Veiga • Rui Pereira • João Fortes Rocha • Jacinto Palma • João Abecassis • Eduardo Olímpio • Domingos Lobo • Manuel Augusto Araújo • José Alberto Franco • Manuel Verdugo • Martinho Marques • João Mário Caldeira • João Monge • Victor Encarnação

Edição: Edições Colibri / Casa do Alentejo

Fotografias e capa: Raquel Gil Ferreira e Raúl Ladeira

Apoio técnico: Rita Paixão e Maria João Carvalho

ISBN 978-989-566-319-4

Depósito legal n.º 519 120/23

Lisboa, 10 de Novembro de 2023

MEMÓRIAS JUDAICAS NO ALENTEJO

Jorge de Oliveira*

Beatriz Felício*

É agora a Casa do Alentejo uma instituição centenária. Se já, anteriormente, pela natureza dos seus “pergaminhos” e dos que dela, ao longo dos tempos, a souberam cuidar era e é uma instituição prestigiada e respeitada, agora a sua responsabilidade acresce pelo peso da sua sempre rejuvenescida idade. Que melhor forma de perpetuar uma efeméride do que divulgá-la, também, em forma de livro. E quere-se um livro que, de um modo geral, retrate a razão de ser de uma “Casa do Alentejo” na capital do País; isto é, um livro no qual se registre, de diferentes formas, a razão para a existência dessa “Casa”, o Alentejo, na sua cultura, nos seus saberes, na sua história, nas suas tradições, enfim, nas gentes que vivem e viveram neste vasto Alentejo.

Coube-nos a nós retratar, de uma forma abreviada, as memórias materiais e imateriais que ficaram dos tempos em que os judeus, de uma forma livre ou tolerada, permaneceram no Alentejo até à sua expulsão ou conversão forçada ao cristianismo, ao tempo do reinado de D. Manuel I. Diluídas, intensionalmente apagadas, ou escondidas, traços dessas memórias ainda subsistem e marcam identitariamente este Alentejo, passado que é mais de meio século sobre a sua aparente total inceneração.



Pedra de anel romano
com símbolos judaicos de Ammaia (FCA)

* Universidade de Évora / CHAIA

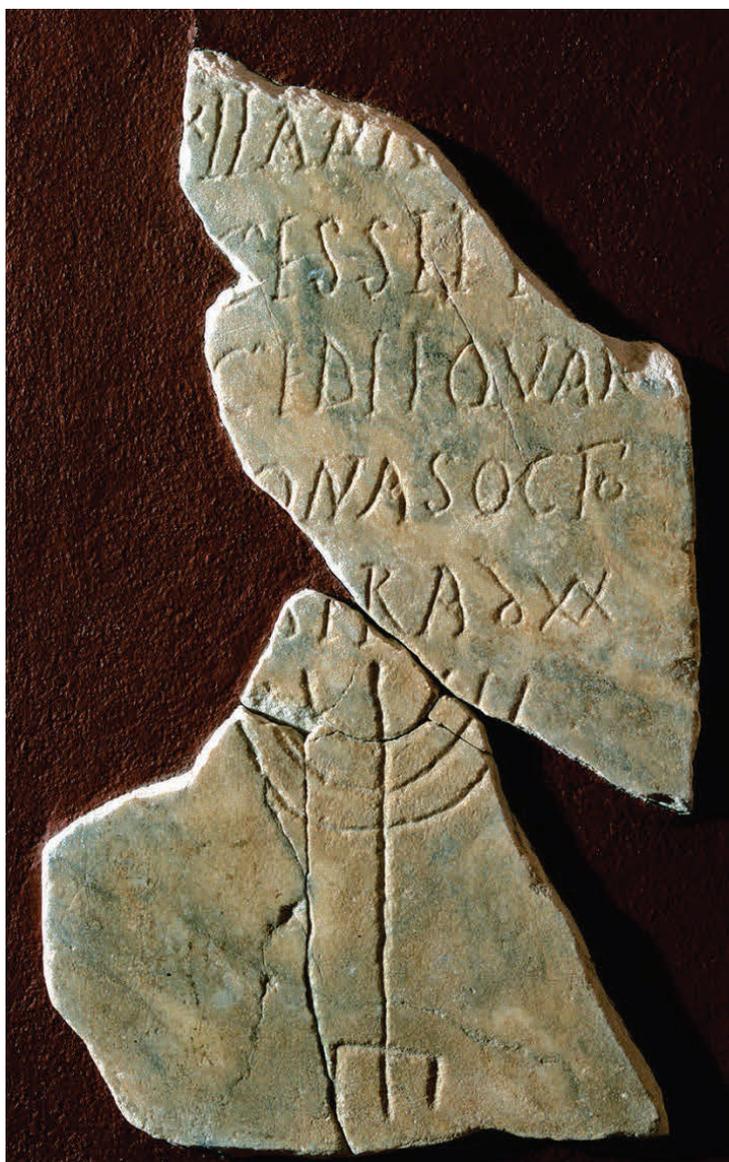
Durante séculos, mas especialmente após o Édito de Expulsão, grande parte dos testemunhos materiais das comunidades judaicas em Portugal foram camufladas ou destruídas. A intolerância religiosa da maioria cristã a isso conduziu. Na segunda metade do séc. XIX uma nova forma de ver o mundo permite alguma liberdade de culto a outras confissões para além da historicamente dominante. Nesse contexto sociocultural assiste-se à entrada em Portugal de alguns descendentes de judeus expulsos por via do édito que D. Manuel I promulgou em 5 de dezembro de 1496. Com a abertura que o Liberalismo permitiu estabelecem-se em Portugal, maioritariamente, judeus ligados à indústria e ao comércio, assim como gente de ciências e letras, oriundas do centro da Europa e do norte de África. Foi, contudo, como consequência da 1.ª e, especialmente, da 2.ª Grande Guerra e do ambiente de intolerância religiosa e étnica que à data emergia, particularmente na Europa central, que a Portugal acorrem muitos judeus que se estabelecem nas grandes cidades ou em zonas onde a indústria, sobretudo a ligada aos lanifícios, estava mais enraizada. Germina assim, ainda que muito pontualmente, uma nova vaga de culto judaico em Portugal e consequentemente os estudos sobre o seu passado começam a ser aprofundados depois de séculos de esquecimento. Naturalmente que a temática religiosa e a genealógica foram as que mais se desenvolveram, especialmente a partir da implantação da República. Os testemunhos materiais ficaram sempre algo esquecidos até à chegada a Portugal de Samuel Schwarz, em 1914. Este Engenheiro de Minas, natural da Polónia, procura refúgio em Portugal e aqui aplica os seus conhecimentos na exploração de volfrâmio tão necessário à indústria metalúrgica que o esforço de guerra exige. Embora a sua formação de base fosse a engenharia de minas o desejo de conhecer o passado dos seus prováveis antepassados judeus em Portugal leva-o a encetar uma pesquisa crescente sobre testemunhos antigos, especialmente materiais, das velhas comunas judaicas em Portugal. Samuel Schwarz torna-se assim, assumidamente, no primeiro investigador de Arqueologia Judaica em Portugal. A identificação, aquisição, estudo e valorização da Sinagoga Medieval de Tomar, assim como a sua reabilitação enquanto espaço de oração e museu, para além da constituição da sua vasta biblioteca especializada, foi o objetivo seguido por este erudito até à sua morte, em 1953.



Lucerna romana com símbolos judaicos
(Museu de Évora)

Samuel Schwarz inicia, desta forma, uma nova área de investigação em Arqueologia, que após a sua morte ficou muitos anos esquecida e que só foi seriamente retomada em 1984, exatamente na sua Sinagoga de Tomar, com as escavações arqueológicas aí realizadas por Maria La Salette da Ponte.

Se o estudo do património material judaico tem início ainda na primeira metade do século XX, é só na segunda metade desse século que os estudos sobre essa temática se desenvolvem e de forma pouco consistente e em zonas geográficas muito específicas. Depois de Samuel Schwarz, seguem-se os trabalhos de La Salette da Ponte, igualmente sobre a Sinagoga de Tomar, os de Adriano Vasco Rodrigues com identificação de testemunhos materiais em judiarias na zona da Beira Alta, assim como, ainda que indiretamente, para o interior norte do País, especialmente em Belmonte, os desenvolvidos por Maria Antonieta Garcia. São, pois, muito restritos os estudos arqueológicos diretos e também os indiretos sobre este tema. Chegamos, deste modo, aos últimos anos da década de oitenta do século XX.



Lápide funerária judaica de Mértola do séc. V (CAM)

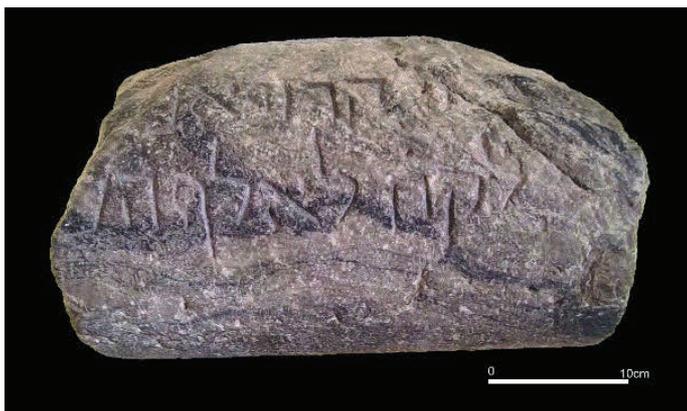
Se as investigações sobre o mundo material das comunidades judaicas são, como vemos, muito restritas, já no que se reporta a estudos baseados em documentação escrita, eles pululam praticamente desde que o Liberalismo se implanta e, conseqüentemente, a Igreja Católica perde algum poder e capacidade persecutória. É bem verdade que desde as bem expressas e desprezíveis referências sobre os que a partir das “pedras” tentam conhecer o passado, proferidas por Fernando Oliveira em relação ao seu mestre André de Resende, quase todos os que investigam o passado a partir da documentação escrita teimam em ignorar as fontes materiais. Eventualmente, também por essa razão, os estudos sobre os testemunhos materiais judaicos são tão escassos e restritos. Chegamos, desta forma, aos finais dos anos oitenta do século XX. Por essa altura somos quase que coagidos a iniciar uma campanha de escavações de salvamento na denominada Sinagoga Medieval de Castelo de Vide. Esse edifício, ainda na posse de um privado, começa a ser recuperado e envernizado a partir dos finais da década de setenta, claramente com o objetivo de se transformar num polo de atração turístico, como se de uma original sinagoga medieval se tratasse. Localizado em plena judiaria de Castelo de Vide, com portas ogivais, numa delas abre-se uma mezuzah igual a outras que na mesma zona se conhecem, em especial na casa em frente, onde duas se rasgam na mesma ombreira. Para além da *mezuzah*, no seu interior, em frente à porta principal e escavada na parede, uma muito argamassada estrutura é divulgada após as obras de recuperação do imóvel nos finais da década de setenta do século XX. Este armário e peanha anexa são apelidados pelos que recuperaram o imóvel de “tabernáculo” e o espaço divulgado como Sinagoga Medieval. Se a estrutura mais não for do que uma “bilheira” ou “pilheira” como recorrentemente se apelidam estes populares armários, denominar-se-ia de *Hekhal*, ou *Aron Hakodesh*.



Cabeceira de sepultura medieval
de Marvão com Menorah (MMM)

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na denominada Sinagoga de Castelo de Vide embora nada tivessem permitido identificar diretamente relacionado com a comunidade judaica, para além da *mezuzah* e da sua localização em pleno coração da zona mais antiga da judiaria instalada naquela vila alentejana, incentivaram o desenvolvimento de um projeto de investigação pioneiro em Portugal tendo em vista a identificação de testemunhos judaicos, primeiramente só no Alentejo e numa fase posterior em toda a raia portuguesa e nalgumas povoações da atual Espanha, que reconhecidamente apresentavam maiores comunidades judaicas. Num primeiro momento este projeto foi subscrito por mim e por Carmen Balesteros e numa fase subsequente apenas por esta investigadora, constituindo-se no seu tema de tese de doutoramento, mas que por motive do seu prematuro falecimento não chegou a ser concluída. Esse projeto de investigação, ainda que não tivesse chegado ao fim, permitiu identificar diversas sinagogas, tais como a de Estremoz, Cabeço de Vide, Elvas, Évora, Campo Maior ou Arronches, escavar as sinagogas medievais de Valência de Alcântara e a de Évora e delimitar materialmente várias judiarias, como a de Castelo de Vide, Covilhã, Castelo Branco, Belmonte, Valência de Alcântara, Santarém, Évora, Trancoso, Estremoz, Alpalhão, Elvas, Portalegre, entre outras. Foi na Sinagoga Medieval de Évora, conhecida como a “Grande”, local que hoje acolhe uma unidade hoteleira, a Pensão Portalegre, que promovemos escavações arqueológicas. Diz-nos a documentação escrita que após a expulsão/conversão dos judeus em Portugal a Sinagoga de Évora terá sido de imediato incendiada e o seu espaço terá passado para a posse do Bispo de Ceuta que, à data teria residência em Évora e aqui terá erguido uma habitação. A edificação que hoje aí existe, a Pensão Portalegre, parece ter recuperado a edificação do Bispo de Ceuta, cujas memórias se resumem hoje apenas a um nicho e a uma cruz a encimar uma segunda entrada. Ocupa a estrutura principal da Pensão Portalegre apenas uma parte do espaço que pertenceria à sinagoga. Um jardim e um quintal, que ao tempo da sinagoga seriam áreas cobertas, tanto mais que é no muro delimitador externo deste espaço que se observa uma porta ogival com marca na *mezuzah* e uma concavidade paramentada viradas a nascente, seriam os espaços que permitiriam proceder a sondagens arqueológicas para identificar eventuais testemunhos que nos possibilitassem melhor conhecer a organização da Sinagoga Grande de Évora. Autorizados pelo proprietário da Pensão Portalegre procedemos à abertura duma pequena sondagem arqueológica na zona central do quintal, por entre as laranjeiras que aí florescem. Sob uma camada de terra humosa identificaram-se diversos níveis de aterros onde ocorriam pedras argamassadas, com sinais de fogo, madeiras queimadas e abundantes manchas de cinza, pregos e fragmentos cerâmica de vários períodos, balizáveis entre os finais da Idade Média e o século XVIII. Com recursos financeiros muito reduzidos e limitados a um espaço restrito entre laranjeiras não foi possível alargar a sondagem, que pouco nos veio a elucidar quanto à organização do antigo templo. Na área do jardim não procedemos a qualquer sondagem porque a área disponível entre as laranjeiras era muito reduzida. Contudo, no jardim identificaram-se um capitel e uma base de coluna de grandes dimensões. A decoração do capitel aponta para uma cronologia dos finais da Idade média e a coluna a que pertenceriam estes elementos, que se conservam no local a servir de mesa, poderiam fazer parte de uma das quatro colunas que comumente caracterizam o espaço central das sinagogas sefarditas. No seguimento do projeto de estudo sobre testemunhos materiais judaicos, iniciou-se o levantamento de marcas de *mezuzot* e outras grafias religiosas como os cruciformes e os vulgares riscados, igualmente em ombreiras de porta que, na grande maioria, se concentram nas zonas que foram habitadas por judeus, permitindo estabelecer uma conexão natural entre a expressão de uma nova fé, geralmente forçada, com as *mezuzot* e desta forma reconhecer a mais que provável ligação a habitações de cristãos-novos, cuja distribuição

geográfica coincide, de sobremaneira, com as judiarias medievais e, preferencialmente, nas localidades que maior número de judeus expulsos pelos Reis Católicos acolheram. Se estes testemunhos materiais foram objeto de estudo, também os cemitérios das comunas judaicas foram procurados e encontrados, como o de Évora, Castelo de Vide, ou mesmo o de Elvas, embora muito dissimulados ou totalmente destruídos. Para além de cabeceiras de sepultura expressamente judaicas como as de Marvão, onde a *Menorah* é bem evidente, também as decoradas com hexalfas, pentalfas e outros símbolos identitários destas comunidades foram registados em diversas povoações, particularmente as raianas do Alentejo, por ter sido aí que se concentrou a grande maioria os judeus perseguidos pelos reis Fernando e Isabel.



Inscrição funerária com caracteres hebraicos do Museu de Évora (SMT)



Portas da “Sinagoga” medieval de Castelo de Vide com marca na mezuzah.

Se os testemunhos materiais judaicos em espaço urbano foram o principal objeto deste projeto, o outro mundo material do Alentejo guardado em arquivos, bibliotecas e museus não foi esquecido. Entre estes haverá que destacar as já referidas cabeceiras de sepultura medievais de Marvão, a *Mezuzah* de pergaminho protegido por uma cana e a lucerna judaica, ambas de Évora, as lápides sepulcrais de Mértola, ou a pedra de anel da Ammaia, entre outros. Contemplava ainda este estudo a compaginação da informação material com a documentação escrita, especialmente a preservada junto aos Processos da Inquisição, fundamental para a clarificação e delimitação das judiarias ou para o reconhecimento de práticas rituais e seus instrumentos. A toponímia em geral foi outro dos aspetos contemplados nesta investigação determinante no reconhecimento de muita informação material. Topónimos tão comuns e presentes em tantas povoações de origem medieval, como Rua da Judiaria, da Sinagoga, da Esnoga, da Escola, do Banho, do Poço, do Pocinho, do Mercado, da Fonte, do Físico, do Judeu, do Mestre (disto e daquilo), do Açougue, da Porta, da Cancela, etc, etc, foram igualmente registados e sinalizados. A presença de lápides, maioritariamente parietais urbanas, com a informação “CABIDO”, por norma aplicadas em fachadas de casas anteriormente pertencentes a judeus e posteriormente à sua expulsão apropriadas pela Igreja Católica, foram também tidas em conta e determinantes na definição das judiarias. A métrica de 20 côvados, por 20 côvados, correspondente às medidas do *Santo dos Santos* do Templo de Salomão, na medieval e errónea equivalência entre cúbitos e côvados, transposto para as dimensões das sinagogas sefarditas, que convertida em metros corresponde a valores que variam entre os 8 e os 10 metros, dependendo da oscilação dos côvados ao longo dos tempos e que permitiu confirmar a existência de sinagogas na malha urbana de algumas vilas e cidades e até determinar a data das suas construções. Outros elementos arquitetónicos foram registados, como a presença de frisos, mais ou menos decorados, duas portas na mesma frontaria, ogivais ou não, uma de acesso ao piso superior e outra à venda no piso inferior, elementos decorativos como leões, aves, temas vegetalistas tais como palmas, pinhas, ou romãs, ou caracteres do alfabeto judaico, juntos ou dispersos. Os colonelos encimados por esferas, gravados ou, destacados nas duas jambas das portas como os que, recentemente identificámos em Alter do Chão, em memória das duas colunas, a *Boaz* e a *Jaquim*, que ladeavam a porta do templo de Salomão e que também neste caso identificam a presença de uma sinagoga, com planta muito adulterada, mas ainda mantendo uma permanente nascente no seu interior, foram sempre tidos em conta e devidamente inventariados.

São pois estes os principais testemunhos materiais das comunidades judaicas ou cripto-judaicas que se preservaram no País, mas sobretudo no Alentejo, mais ou menos adulterados, dissimulados ou intensionalmente fraturados e que nos permitem ainda hoje reconhecer a presença destas comunidades que se estabeleceram na maioria das povoações mais comerciais e industriais portuguesas e especialmente da zona raiana, por aí se terem fixado muitos dos judeus expulsos pelos Reis Católicos e que se juntaram aos que já em Portugal se encontravam. Por esse motivo, todo o Alentejo está pejado destes testemunhos, especialmente as povoações raianas, ou nos maiores centros urbanos onde o comércio pululava ou as gentes endinheiradas necessitavam dos saberes, artes e dinheiro dos judeus, como foram os casos de Évora, Elvas e Beja.

Terá sido este projeto, abruptamente interrompido, o maior impulso que a investigação sobre os testemunhos materiais judaicos em Portugal alguma vez conheceu, depois do precursor trabalho de Samuel Schwarz. Esta investigação, parada há mais de 15 anos, recebe agora novo fôlego com os estudos sobre esta temática desenvolvidos por Beatriz Felício a partir do espólio científico de Carmen Balesteros, que agora se guarda no Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora.



Porta com duas mezuzot junto à “Sinagoga” de Castelo de Vide.



Interior do espaço onde se ergueu a Sinagoga grande de Évora.

Os vestígios materiais judaicos e o seu interesse na sociedade portuguesa foram resultados de séculos de História da presença judaica na Península Ibérica. O mesmo ocorre com as imaterialidades, cuja prevalência ultrapassa concepções religiosas e culturais conscientemente associadas ao judaísmo. A verdade é que a cultura e a religião da minoria influenciaram a maioria cristã, da mesma forma que o cristianismo e o contexto histórico-cultural ibérico influenciaram o judaísmo sefardita. Chegam-nos assim testemunhos das práticas e costumes judaicos, memórias que permanecem nas vivências portuguesas, verificáveis na região do Alentejo.

Já acima mencionámos o contributo de Samuel Schwartz, sendo que não podemos desconsiderar a sua importância também para a recuperação e divulgação da memória judaica. Na década de 1920, ao contactar com as populações da Beira Baixa e de Trás-os-Montes, o engenheiro descobre comunidades marranas que mantêm secretamente ligações ao judaísmo apesar dos séculos de intolerância, destacando-se o caso de Belmonte. As descobertas de Schwartz, e mais notavelmente a obra *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX* (1925), têm impacto a nível nacional e internacional. As décadas de 20 e 30 do século XX assistem a um movimento de “recuperação” destas comunidades marranas – a *Obra do Regate*, protagonizada por Barros Basto, procura a identificação e normatização religiosa dos grupos que, impedidos de praticarem abertamente o culto, adaptaram práticas e crenças judaicas ao contexto que a centenária intolerância religiosa proporcionava (Martins, 2021, 540).



Porta da Sinagoga Medieval de Alter do Chão com os dois colunelos em memória das colunas do Templo, Jaquim e Boaz.

Assim, verifica-se que as reminiscências judaicas são também imateriais e contemporâneas. Porém, não necessitam de ser integradas nas práticas e comunidades judaicas ou marranas, estendendo-se além do seio das mesmas, penetrando na vivência da maioria. A presença de judeus no espaço português foi impactada por diversas atitudes face ao judaizante, o qual se adaptou às realidades socioculturais do seu tempo, influenciando-o a agir de determinada forma perante a religião. A tolerância e coexistência de credos no Portugal medieval, o Édito manuelino, a assimilação, a instalação do Tribunal do Santo Ofício, a conversão forçada, a manutenção da crença em segredo e na diáspora, o contacto com judeus estrangeiros, as alterações do paradigma político, social e religioso dos séculos XIX e XX... Tudo isto concedeu contornos específicos ao judaísmo português e à sua perceção pela sociedade, deixando marcas na cultura e quotidianos. Ao refletirmos sobre vestígios judaicos, refletimos também sobre vestígios da cristã-novice, do marranismo e do criptojudaísmo.



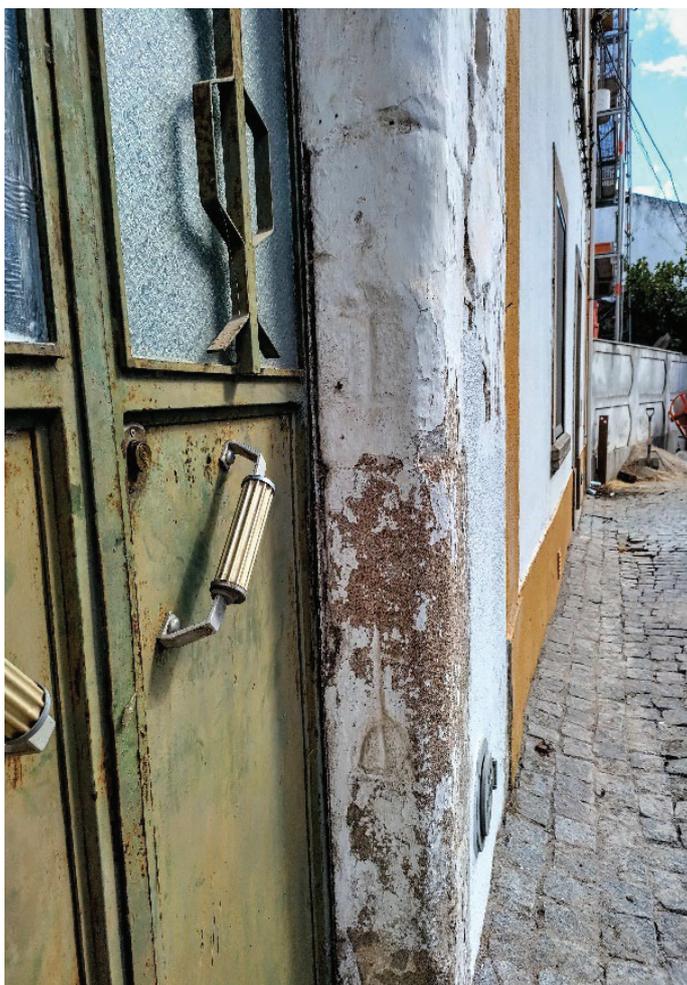
Sinagoga Medieval de Estremoz onde se observa a marca na mezuzah.

Estes contextos e os seus impactos têm sido alvo de estudos pela academia, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Consideremos autores como Meyer Kayserling, Maria José Ferro Tavares, Jorge Martins ou Esther Mucznic, que analisaram não apenas a História das comunidades judaicas em Portugal, mas também os seus impactos. Da política e cultura à economia e sociedade, tornou-se inegável a importância do judaísmo para o espaço português. Porém, estas tendem a ser abordagens históricas, que não se propõem a focar as manifestações atuais da presença judaica na cultura popular tradicional. Para isso, há que recorrer a análises etnográficas e antropológicas, destacando-se contributos como o de José Leite Vasconcelos, com vasta produção na primeira metade da centúria de 1900, ou de Teófilo Braga, os quais encontraram origens semita, hebraica e/ou judaica em algumas tradições regionais portuguesas.

No estudo das reminiscências imateriais judaicas, as principais análises têm vindo a integrar-se no contexto da História Regional e Local no Norte Interior, espaço que, como vimos já, é central para a identidade e História judaica em Portugal, assim como em Tomar e Lisboa. Mas também as análises sobre memórias sefarditas na diáspora têm conseguido tração nas últimas décadas, com nomes como Anita Novinsky a salientarem o impacto da presença de judeus e cristãos-novos no Brasil, deixando aí práticas e costumes que se conservam até à atualidade.

No caso específico do Alentejo, e apesar do crescente interesse pelas suas realidades culturais, não tende a abordar-se o impacto da presença judaica nas vivências desta região. Não se deteta aqui um fenómeno semelhante ao “resgate” dos marranos das Beiras e de Trás-os-Montes, ainda que a importância da minoria no espaço alentejano seja evidente e comprovada, como vimos já, pelos vestígios arqueológicos. Note-se que as comunidades judaicas alentejanas foram centrais às trocas económicas, levando a um contacto próximo com judeus castelhanos, os quais encontraram refúgio deste lado da fronteira após o Édito de Expulsão dos Reis Católicos. Simultaneamente, foi em Évora que se estabeleceu o Tribunal do Santo Ofício, em 1536, incentivando à perseguição e ao combate ao judaísmo. Logo, este espaço não esteve marginalizado na História dos Judeus em Portugal – pelo contrário, foi-lhe central. Porém, um levantamento exaustivo da influência judaica na cultura portuguesa e, particularmente, na Alentejana, não foi ainda efetuado, sendo uma proposta árdua e de complexa concretização.

Porém, estes vestígios imateriais são expressivos no nosso quotidiano. Na língua, nas tradições, na gastronomia, na arte ou na antroponímia, a identidade e experiência judaicas contribuíram para a formação das identidades portuguesa e alentejana como as conhecemos hoje. Não sendo o nosso propósito levantar herculeamente todas as reminiscências imateriais do judaísmo no Alentejo, deixamos algumas das instâncias em que a memória desta minoria se manifesta na cultura e nas vivências populares.



Cruciformes em ombreira de porta da Judiaria Medieval de Alpalhão.

A utilização coloquial do “fazer judiarias” ou “judiar”, por exemplo, e com significados de “fazer mal” ou “maldades”, evoca uma conotação negativa do judaísmo, associada à perseguição do judeu e à violência de que era alvo. Já expressões como “abracadabra” são por vezes associadas ao misticismo judaico, ou *Kabbalah*, ainda que tal origem não seja comprovada.



Bolos fintos pascais de tradição judaica de Marvão.

Por outro lado, a memória de determinados momentos históricos impactantes para esta comunidade está embrenhada em expressões como “ficar a ver navios” – significando desilusão –, que, entre outras explicações, poderá remontar aos judeus que, aquando da expulsão em 1497, não conseguiram abandonar o reino por mar. A também comum utilização de “servir a carapuça”, indicando culpa, poderá ser reminescente da experiência judaica. Primeiramente, pela *Kipá* usada pelos judeus na cabeça, com simbologia religiosa, e, ainda, pela carapuça que o Tribunal do Santo Ofício fazia vestir aos seus condenados.



Diferentes doces pascais de tradição judaica de Marvão.

Permanecem ainda hebraísmos na língua portuguesa, mas em associação ao catolicismo e à cultura greco-latina, sendo o caso de “Páscoa”, “amém” ou “sábado”. Já a expressão “pensar na morte da bezerra” – referindo-se a um estado contemplativo e distraído –, invoca as imagens veterotestamentárias da adoração do bezerro de ouro no êxodo (Êxodo 32:4) e do sacrifício a Deus (Levítico 9:2).

A nível onomástico, é crença popular que determinados apelidos indicam ascendência sefardita de uma família ou de um indivíduo, tanto mais tratando-se de nomes de plantas, que teriam sido adotados pelos judeus convertidos em 1497 – “Silva”, “Silveira”, “Oliveira”, “Pereira” ... Não obstante, esta noção não se pode tomar por factual ou normativa, uma vez que estes eram já comuns na língua portuguesa e utilizados por cristãos-velhos. Todavia, verificaram-se efetivamente mudanças, uma vez que, num reino que se desejava religiosamente unido por um só credo após a expulsão dos judeus e muçulmanos, os cristãos-novos não puderam manter os seus nomes judaicos.

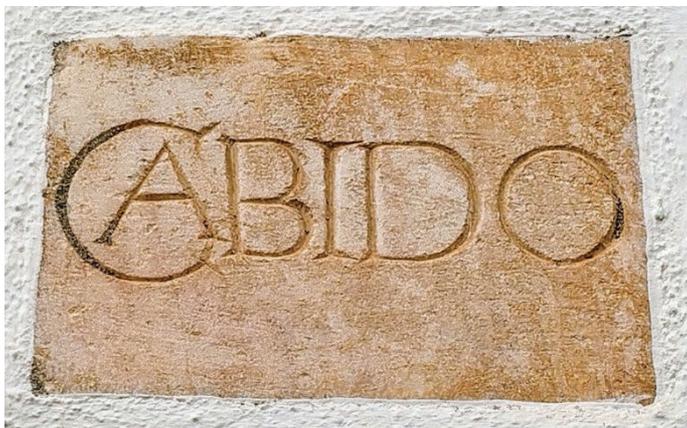
Em vez de associados à cristã-novice, alguns apelidos relacionam-se com crenças judaicas, não deixando, por isso, de permanecer na onomástica portuguesa. É o caso de “Gadelha” ou “Guedelha”, cuja origem pode ser detetada em *Gedaliah* (ou “Gedalias”, protetor de Jeremias), podendo também ser utilizado em associação aos cabelos dos judeus, com os seus penteados específicos, advindos da prática de não cortar ou rapar as laterais do cabelo nem a barba (Levítico 19:27). Outros exemplos surgem no Alentejo, com nomes próprios ou de família claramente inspirados no judaísmo, como Sigagoga, Sinoga ou Esnoga, Já nomes próprios como Jacob, Ester, Isaque ou Saul advêm do Antigo Testamento, muitos originalmente aramaicos, mas alusivos à tradição hebraica.



Cachafrito pascal de tradição judaica de Marvão (cabrito frito / estufado).

Paralelamente, algumas das tradições praticadas no Alentejo são evocativas da religião judaica, tais como o costume de pensar o sábado como dia de descanso. É uma reminiscência do *Shabat*, dia reservado pelos judeus ao repouso e à oração por mandamento de Deus (Êxodo 20:9-10). No judaísmo, este dia começava a ser preparada na sexta-feira, garantindo-se então a limpeza das casas, o banho e as roupas lavadas. No Alentejo permanece esta prática de reservar a manutenção e limpeza do lar para o último dia-útil da semana, por vezes com uma particularidade – a de limpar a casa para dentro a partir da porta da rua, de forma semelhante ao que manda a

tradição judaica, por respeito à *mezuzah*. Muitas comunidades rurais alentejanas, e particularmente na zona raiana, reservam para estes dois dias da semana – sexta-feira e sábado –, os procedimentos de limpeza doméstica e higiene própria, como o banho, o fazer a barba, cortar as unhas, num conjunto de hábitos que, ainda que não seguindo exatamente os mandamentos judaicos, poderá encontrar nas tradições sefarditas a sua origem.



Marca do Cabido (da Sé) em casa da Judiaria de Évora.

Ocorre ainda que, em algumas famílias alentejanas, se desencoraja, especialmente aos mais novos, olhar o céu noturno, procurando evitar a observação da lua e das estrelas. A relação entre este costume e o judaísmo, que possui um calendário lunar, foi mencionada por Teófilo Braga na sua obra *O Povo Português* (1885). Segundo o autor, o entendimento de “sina” na cultura portuguesa estará relacionado com a observação dos astros pelos povos semitas. Num desfecho negativo, daqui resultaria o termo “desastre”, remetendo-nos novamente para a memória linguística. (Braga, 1986, 37-177). Contudo, esta prática terá sofrido os impactos da perseguição inquisitorial – de forma a calendarizarem as suas celebrações, os judeus guiavam-se pelos astros, prática que lhes foi associada e que por cristãos-novos e cristãos-velhos procurou ser evitada para desassociação com o credo proibido.

Igualmente evidência do sincretismo cultural, a gastronomia sefardita foi fortemente influenciada pela portuguesa e vice-versa, numa complexa fusão que nem sempre é evidente. A integração da alheira, enchido preparado por cristãos-novos judaizantes que procuravam evitar o consumo de porco, nos pratos portugueses é exemplo disso. Já o costume mediterrânico de valorizar a presença do pão e sal numa mesa à refeição aproxima-se da valorização destes nas receitas e refeições judaicas. Não esqueçamos, ainda, a comum reticência em consumir carne com sangue, a qual evoca os preceitos da alimentação *Kosher*. Aliás, a prática de sangramento dos animais, por vezes publicamente e com um momento de oração, é comum em algumas localidades alentejanas, como Castelo de Vide ou Marvão, onde o sangue é reaproveitado na confeção de pratos para os mais pobres.

No Alentejo, os costumes judaicos podem ser associados não só aos rituais de preparação de alimentos, mas também à preferência face a alguns alimentos, como o borrego, consumido habitualmente na Páscoa católica. A lebre, por outro lado, e apesar da sua abundância na região, não é um alimento preferencial, o que poderá relacionar-se com os preceitos judaicos, que condenam o consumo de animais necrófagos e bípedes, por isso menos puros. Também na Páscoa, e com grande expressão no Alto Alentejo, os típicos bolos fintos, de massa ou folares

evocam a gastronomia judaica, nomeadamente o pão ázimo, sem fermento e com a utilização de ervas aromáticas, ou o pão *Challah*.

Por fim, note-se a diversidade da cultura alentejana, portuguesa e mediterrânica, nas quais a presença de diversos povos e religiões impactaram os símbolos e crenças. Disse José Leite Vasconcelos que “quando um símbolo aparece numa terra como a nossa, pisada por tantos e tão variados povos que o possuíram, tais como Romanos, judeus e Árabes, não se torna coisa fácil determinar com precisão a proveniência imediata do mesmo símbolo” (Vasconcelos, 1996, 49-111). A crença popular no mau-olhado é exemplo disso, assim como alguns dos amuletos e talismãs para o combater – pensemos na *Hamsa*, importante tanto à religião judaica como à islâmica. Bastante evidente é também a utilização da estrela de cinco bicos enquanto motivo, que imediatamente poderíamos associar à estrela de David ou de Salomão. Porém, é utilizada fora da tradição judaica, principalmente na maometana, com significados e origens diferentes, que remontam a um período anterior à romanização. No Alentejo, a mais evidente utilização deste símbolo é o brasão de armas de Viana do Alentejo. Este contém dois signos de Salomão ou estrelas de David, os quais, de acordo com Francisco Baião “testemunham provavelmente a existência, logo na fundação da vila, de uma expressiva comunidade judaica que se manteve, pelo menos, até ao início dos século XVI” (Baião, 2017, 46).



Bênção dos borregos em Castelo de Vide de tradição judaica. (Veludo Azul)

Ainda que nem sempre conscientes ou claros, os vestígios da presença judaica permanecem em Portugal e no Alentejo enquanto parte de uma memória e identidade coletiva formada ao longo dos séculos. Não constituindo um conjunto material arqueológico, estas reminiscências integram um património cultural que importa registar, estudar e preservar. Mais que um levantamento extensivo das reminiscências imateriais do judaísmo no Alentejo, fica patente a importância da memória das comunidades judaicas na construção do cultural, quotidiano e popular nesta região.

B.F.

Bibliografia citada

- BAIÃO, Francisco. (2017). “O nascimento de Viana.” in Farrica, Fátima e Baião, Francisco, *Os Forais Manuelinos de Aguiar e de Viana do Alentejo*. Lisboa: Caleidoscópio. 29-79.
- BRAGA, Teófilo. (1986). “Superstições Populares Portuguesas.” in *O Povo Português II*. Lisboa: Etnográfica Press. 37-177. books.openedition.org/etnograficapress/3996
- MARTINS, Jorge. (2021). “O fenómeno marrano em Portugal.” in *Os Judeus em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora. 523-559.
- VASCONCELOS, José Leite de. (1996). “Signum Salomonis: Sumário.” in *Signum Salomonis – A Figa – A Barba em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press. 49-111. books.openedition.org/etnograficapress/4380

Bibliografia recomendada

- BALESTEROS, Carmen. (2013). Arqueologia dos judeus peninsulares: os casos do Alentejo e Extremadura espanhola no contexto peninsular. In C. G da Silva (coord.), *Judiarias, Judeus e Judaísmo – atas do XV Encontro de Turres Veteras*. Lisboa: Edições Colibri. 165-182.
- BALESTEROS, Carmen. (1992). Menorot em Cabeceiras de Sepultura Medievais de Marvão. *Ibn Maruán – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 2, 113-120.
- BALESTEROS, Carmen. (1994-1995). A Sinagoga Medieval De Évora (elementos para o seu estudo). *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. II, série I.179-211.
- BALESTEROS, Carmen e OLIVEIRA, Jorge. (1993). A Judiaria e a Sinagoga de Castelde Vide. *Ibn Maruán – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 3, 123-152.
- MARTINS, Jorge. (2021). *Os Judeus em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora. MUCZNIK, Esther (2021). *Judeus Portugueses*. Lisboa: Manuscrito Editora. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. (1982). *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores.
- SKOLNIK, Fred (Ed.). (2006). *Encyclopaedia Judaica*. 22 vols. Nova Iorque: Macmillan.

O ALENTEJO E A RESISTÊNCIA À OPRESSÃO. DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL À QUEDA DO ESTADO NOVO

Teresa Fonseca*

A estrutura socioeconómica alentejana, baseada na exploração agropecuária do latifúndio, determinou, durante séculos, a vida da população desta extensa região, marcada pela tensão entre os senhores da terra e do poder político-administrativo e o povo trabalhador. Se em períodos mais ou menos prolongados essa conflitualidade permanecia latente, de vez em quando irrompia com intensidade e de forma por vezes violenta, despoletada por crises económicas ou eventos políticos, que atuavam como propulsores de sentimentos de injustiça, ressentimento e revolta há muito acumulados.

Até ao século XIX, os testemunhos desses comportamentos sociais, embora existentes, são escassos e na maior parte das vezes apenas vislumbrados, pelo investigador mais atento, nas entrelinhas da documentação oficial. Mas a partir da consolidação do constitucionalismo monárquico, o aperfeiçoamento burocrático administrativo e o desenvolvimento da imprensa proporcionam-nos novas fontes.

Assim, em Montemor-o-Novo, numa atitude certamente comum a mais concelhos, verificam-se, em 1838, várias formas de resistência à aplicação de derramas camarárias, que vêm substituir os velhos impostos entretanto extintos. Os cidadãos convocados para proceder ao seu lançamento recusam-se sistematicamente a fazê-lo em todas as freguesias do município, ao ponto de a câmara ter sido obrigada a comunicar o caso para o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que ordena a convocação compulsiva de louvados. Por trás desta recusa presente-se uma forte pressão e apoio populares, que culminam numa manifestação de protesto contra a nova derrama, em frente aos paços do concelho. Os contestatários, «com vozearias e expressões descomedidas e ameaçadoras, insultaram» as autoridades «e protestaram não pagar o tributo que lhes foi lançado»¹.

Apesar das alterações introduzidas na propriedade fundiária pela legislação liberal, os trabalhadores agrícolas prosseguem sem alteração o ritmo de vida dos seus ancestrais. Ocupados na época alta dos trabalhos agrícolas, muitos deles vêem-se, no resto do ano, condenados ao desemprego. Para sobreviver, apenas lhes resta a mendicidade e o furto. Por isso procuram, na época das ceifas, aproveitar a urgência dos lavradores para lhes exigirem jornas mais elevadas. Quando as negociações são difíceis, recorrem a um meio de pressão já antigo, a ameaça de fogo

* Investigadora do CEPSE (Centro de Investigação da População, Economia e Sociedade)

¹ Teresa FONSECA, Montemor-o-Novo – lugar de memória repressão e resistência. Dos finais da Idade Média à revolução de 25 de Abril de 1974, *O Pelourinho*, Núm. 23 (2.ª época), Bajadoz: Diputación de Badajoz, 2019, pp. 65 (61-91).

posto nas searas. Este método, inicialmente utilizado como violência gratuita, transforma-se gradualmente em arma de luta nas negociações salariais².

A partir da segunda metade do século XIX, em consequência da progressiva mecanização da agricultura, começa uma nova forma de resistência, que se prolongará até ao início da segunda metade do século XX: a sabotagem das máquinas agrícolas, cada uma das quais faz o trabalho de dezenas de pessoas³.

Deste modo, a mecanização agrava o desemprego e força numerosas famílias alentejanas a deslocarem-se para as cinturas industriais de Lisboa e Setúbal ou a emigrar, inicialmente para o Brasil e posteriormente para França e outros países europeus.

A tensão ancestral entre proprietários rurais e trabalhadores agrícolas agudiza-se com a implantação da República, devido à desconfiança dos primeiros e à esperança dos segundos no novo regime. Enquadram-se neste contexto: as ocupações de terras verificadas em Lavre (Montemor-o-Novo), logo após o 5 de Outubro⁴, em Vera Cruz (Portel) em janeiro de 1912 e em Vale de Santiago (Odemira) em novembro de 1918⁵; mas também a recusa dos lavradores, maioritariamente monárquicos, em empregar trabalhadores, procedendo ao seu despedimento quando há ainda tarefas agrícolas por concluir. Esta atitude cria grandes problemas às câmaras, cujos recursos financeiros a aplicar em obras públicas apenas permitem absorver uma parte dos desempregados⁶.

Goradas as expectativas de um novo regime baseado no trabalho e na justiça social prometido pelas campanhas republicanas, o movimento sindical operário retoma formas de luta mais radicais, já praticadas nas últimas décadas da monarquia constitucional. Ainda em finais de 1910 e ao longo de 1911, ocorrem mais de 60 greves por todo o país, um grande número das quais promovidas por trabalhadores rurais. Nos primeiros dias de junho deste ano, eclode, por todo o distrito de Évora, uma paralisação de trabalhadores agrícolas, pela elevação dos salários e melhoria das condições de trabalho. Como é então habitual, os operários industriais e os empregados de comércio baixam os braços, numa atitude de solidariedade. Em Montemor-o-Novo, a câmara e dois deputados republicanos⁷ tentam mediar as negociações entre patrões e trabalhadores. Mas estes mostraram-se intransigentes. Em Mora os seus camaradas são obrigados a fazer cedências. Mas em Arraiolos e Viana do Alentejo, devido à urgência das ceifas, os agricultores resignam-se a pagar pela tabela acordada em Évora. Aparentemente as reivindicações dos montemorenses acabam também por ser aceites, do que resultará alguma acalmia, ainda que temporária⁸.

Em janeiro de 1912, eclode em Évora novo levantamento grevista, devido ao incumprimento, pelo patronato, da tabela salarial acordada no ano anterior. No dia 15, a contestação alastra do campo para a cidade, com a adesão dos carpinteiros, corticeiros, pedreiros e sapateiros. No dia seguinte, o governador civil ordena o encerramento das sedes das associações dos corticei-

² José Pacheco PEREIRA, As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve, *Análise Social*, N.º 61/61, 2.ª Série, Vol. XVI, Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 150-152 (135-156).

³ José Pacheco PEREIRA, As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos ..., p. 150.

⁴ Teresa FONSECA, *João Luís Ricardo. Um servidor da República*, Famalicão: Edições Húmus, 2021, pp. 75-78.

⁵ Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDES, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o sidonismo. Ocupação de terras no Vale de Santiago*, Lisboa: Um de Outubro, 1982, pp. 65-81.

⁶ Teresa FONSECA, Montemor-o-Novo – lugar de memória repressão e resistência ..., pp. 67-68.

⁷ São eles o médico montemorense João Luís Ricardo e o comerciante e lavrador da mesma localidade, António da Costa Cró Pimenta de Aguiar.

⁸ Teresa FONSECA, *João Luís Ricardo ...*, pp. 121-122.

ros e dos trabalhadores rurais. As reuniões passam a efetuar-se nos campos, o que origina ainda mais prisões. Porém, a repressão, em vez de acalmar a contestação, provoca o seu alastramento aos municípios vizinhos de Viana do Alentejo, Estremoz e Montemor. Mobiliza um total de 50.000 trabalhadores em todo o distrito. E a 22 do mesmo mês contagia já várias localidades do distrito de Beja e as terras ribatejanas da Moita e de Coruche. Entretanto, outras sedes associativas são encerradas, no Baixo Ribatejo e por todo o Alentejo. Dos confrontos entre a polícia e os grevistas resultam, apenas no distrito de Évora, «muitos feridos» entre homens e mulheres, um morto e «numerosas prisões»⁹.

As detenções e deportações de muitos dirigentes sindicais não esmorece o associativismo do proletariado agrícola, que em agosto de 1912 organiza em Évora o seu I Congresso dos Trabalhadores Rurais, no qual participam delegados de 39 sindicatos, representando 12.600 sindicalizados. Neste evento, é constituída a Federação dos Trabalhadores Rurais, cujo órgão oficial, *O Trabalhador Rural*, enquadrado na corrente do sindicalismo revolucionário, será fundado em dezembro desse ano. Os operários agrícolas alentejanos conhecem ainda outros periódicos de pendor revolucionário, como *O Sindicalista* e *A Revolta*, este último órgão da Federação Anarquista do Sul¹⁰. Apesar da elevada taxa de analfabetismo, há então o hábito de divulgar as notícias em voz alta para os interessados que não sabem ler.

Após a amnistia decretada por Bernardino Machado e a reposição da legalidade constitucional após a queda da ditadura de Pimenta de Castro, ocorre um período de acalmia, ainda que breve. Com o deflagrar da Grande Guerra e sobretudo após a entrada de Portugal no conflito, a conflitualidade recrudescer por toda a parte, incluindo no Alentejo, devido à grave crise económica, à escassez de bens essenciais e ao aumento vertiginoso da inflação. Esta nova fase de contestação social, embora com altos e baixos, prolonga-se até ao termo da Primeira República, com mais de 60 greves e três declarações de greve geral, em 1919, 1920 e 1921, embora apenas a primeira registe algum sucesso¹¹.

O ponto culminante da repressão será atingido com a ditadura de Sidónio Pais, durante a qual, e apenas em Montemor-o-Novo, no rescaldo de uma reunião sindical destinada à preparação da greve geral prevista para 18 de novembro de 1918, as forças policiais abatem mortalmente três trabalhadores, além de ferirem e prenderem muitos outros¹².

Data ainda deste período final da Primeira República a fundação do Partido Comunista Português, que virá a desempenhar um papel determinante na resistência à longa ditadura que já então se avizinha. Ergue-se essencialmente com militantes oriundos do sindicalismo revolucionário, do anarco-sindicalismo e de ativistas da CGT (Confederação Geral do Trabalho). A estes juntam-se elementos de centros comunistas previamente existentes no Porto, em Lisboa, em Évora e em Beja. A sua constituição formaliza-se numa reunião ocorrida em Lisboa, a 6 de março de 1921, considerada a data da sua fundação¹³.

⁹ Alexandre VIEIRA, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa: Seara Nova, 1974, pp. 61-64. Eduardo RAPOSO, A greve geral de Évora de 1912: ponto cimeiro dos conflitos sociais no Alentejo nos alvares da República. *A Cidade de Évora*, II Série, N.º 5, Évora: Câmara Municipal de Évora, 2001, pp. 217-221 (213-230).

¹⁰ Costa JÚNIOR, *O movimento operário português*, Lisboa: Ed. Verbo, 1964, p. 76. Manuel Joaquim de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento, 1974, p. 94. Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDES, *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 25-26.

¹¹ A. H. de Oliveira MARQUES, *A primeira república portuguesa*, pp. 57-62.

¹² Teresa FONSECA, Montemor-o-Novo – lugar de memória repressão e resistência ..., pp. 74-77.

¹³ Irene Flunser PIMENTEL, *História da oposição à ditadura. 1926-1974*, Porto: Figueirinhas, 2013, pp. 22-23.

A 28 de maio de 1926, um golpe militar encabeçado pelo general Gomes da Costa, impõe a ditadura há muito almejada por monárquicos, couceiristas, sidonistas, integralistas, católicos conservadores radicais e pelas chamadas «forças vivas» da grande indústria, da banca e do latifúndio. O parlamento é dissolvido. Estabelece-se a censura prévia. As vereações municipais são demitidas. Intensifica-se a perseguição a associações operárias e sindicatos. As sedes da CGT, do PCP e dos jornais republicanos são encerradas. Iniciam-se as primeiras prisões e deportações, inclusivamente de elementos moderados que inicialmente tinham apoiado os objetivos do 28 de Maio¹⁴.

No entanto, a luta contra a ditadura inicia-se logo após a sua implantação. A primeira grande insurreição é a revolta armada desencadeada no Porto e em Lisboa entre 3 e 9 de fevereiro de 1927, na qual participam, ao lado dos militares, numerosos civis armados, e que rapidamente alastra a várias regiões do país, incluindo Évora. Seguem-se as insurreições de 20 de julho de 1928 em Lisboa. Nos dois anos seguintes assiste-se a um refluxo no movimento «revirallista», provocado pelas derrotas anteriores e pelas conseqüentes mortes, prisões, deportações, exílios, fixações de residência e demissões da função pública. Mas em 1931 emerge a revolta de 4 de abril na Madeira, que rapidamente contagia os Açores, a Guiné e atinge mesmo S. Tomé. Inspirados pela sublevação madeirense e animados pela queda da ditadura de Primo de Rivera em Espanha, os estudantes das academias de Lisboa, Porto e Coimbra desencadeiam um amplo movimento de contestação, no ano letivo de 1930/1931¹⁵.

As repercussões da crise económica mundial e as medidas restritivas de Salazar para as conter, originam, em 1931 e 1932, uma desaceleração da atividade económica e um agravamento considerável do desemprego. Depois de Lisboa e Porto, os distritos mais atingidos por esta calamidade, já bem conhecida na região, são Beja e Évora. Em Beja, os concelhos mais atingidos são: Serpa, Mértola e Beja; e em Évora, Alandroal, Reguengos e Évora. Neste último distrito, o governador civil calcula a existência de 5.000 trabalhadores desocupados. Em 1930 e 1931, verifica-se também um «desemprego em massa» nas minas de S. Domingos e Aljustrel. Esta crise gera um forte movimento reivindicativo, tendo os mineiros prolongado a greve até 1932¹⁶. Em 1931 há notícia de prisões em Montemor-o-Novo, na altura em que o Partido Comunista inicia neste concelho a sua atividade, por influência de comunistas do Barreiro¹⁷. No entanto, o governo, para atenuar a grave crise do desemprego rural, que também atinge o Ribatejo e o distrito de Portalegre, enceta a «campanha do trigo», que ocupa uma boa parte da mão-de-obra disponível e atenua a agitação social¹⁸.

Em suma, nos 7 ou 8 anos que medeiam entre o golpe militar de 28 de maio de 1926 e a consolidação do Estado Novo, em 1933, a luta sem tréguas entre os defensores do republicanismo democrático e os ditadores militares provoca milhares de presos e muitas centenas de mortos e feridos. Calcula-se que entre 1926 e 1939 tenham sido encarceradas por motivos políticos 15.000 pessoas, 1.500 das quais são deportadas para as ilhas e colónias africanas, na sua maior parte sem julgamento¹⁹.

¹⁴ Luís FARINHA, *O revirallho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 29-34.

¹⁵ Luís FARINHA, *O revirallho ...*, pp. 34-53, 87-98, 137-139 e 145-147.

¹⁶ Luís FARINHA, *O revirallho ...*, pp. 127-130.

¹⁷ Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo. O exemplo de Montemor-o-Novo*, Montemor-o-Novo: União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, Núcleo de Montemor-o-Novo, 1994, p. 26.

¹⁸ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*, Lisboa: Publicações Europa-América, s. d., pp. 118-120.

¹⁹ Irene Flunser PIMENTEL, *História da oposição ...*, pp. 47-138.

No âmbito da arquitetura do Estado Novo, é criada, em 1930, a União Nacional, o partido único do regime, aglutinador das várias forças políticas apoiantes da ditadura. Como complemento da Constituição de 1933, constitui-se, à semelhança do sucedido nos outros regimes autoritários e fascistas da época, um corpo policial especializado de informação e repressão política, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), em 1945 rebatizada Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Em 1936 é inaugurado o tristemente célebre campo de concentração do Tarrafal, com os 60 prisioneiros resultantes da repressão da revolta dos marinheiros desse ano e mais algumas dezenas transferidos do Forte de Angra do Heroísmo. O movimento sindical operário e os partidos políticos da República são gradualmente eliminados, escapando apenas o Partido Comunista Português, por ter passado à clandestinidade. A feroz repressão policial que sobre ele se abate enfraquece-o sensivelmente nas décadas de 30 e 40, mas sempre que é atingido por uma vaga de prisões acaba por recuperar, sobretudo após a reorganização de 1940-1941²⁰.

Durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), o envio de bens alimentares para as tropas de Franco gera grave escassez de bens alimentares, situação agravada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A subida do custo de vida e a fome abatem-se mais uma vez sobre o país, associadas ao desemprego e à quebra dos salários, gerando nova onda contestatária. No Alentejo, a «dura invernia» de 1941 origina «colheitas desastrosas» e acentua a já habitual crise sazonal de trabalho. No distrito de Beja registam-se 18.500 desempregados, 6.213 no de Évora e 3.550 no sul do de Setúbal. A miséria e a fome provocam situações de revolta, incluindo assaltos coletivos a herdades, como sucede em Santiago do Cacém. Em Aljustrel, os desempregados assaltam lojas e casas particulares. Em muitos outros locais do Alentejo, os jornaleiros vão às câmaras pedir trabalho e pão, enquanto praticam, para sobreviver, diversos furtos e caça ilegal. Noutros são as mulheres que acodem, às centenas, às sedes do concelho, implorando, a chorar, por alimentos e pelo fim do racionamento²¹.

Na primavera de 1943 irrompe no Ribatejo uma vaga de greves dos trabalhadores rurais, que no ano seguinte alastra ao Alentejo, coincidindo com as paralisações do operariado industrial. Em localidades como Salvaterra de Magos ou Viana do Alentejo, a GNR obriga, pela força, os operários agrícolas a trabalhar pela jorna estipulada pelo governo.

Porém, esta ampla luta parece ter saído vitoriosa, pois por todo o lado se registam pagamentos de jorna acima do estabelecido na tabela oficial²².

Em consonância com a situação vivida em toda a Província, em Montemor-o-Novo, nos anos de 1942 e 1943, são divulgados na imprensa local roubos nas herdades de galinhas, porcos, éguas e mulas. Na vila, os assaltos ocorrem em lojas e oficinas, de onde se furta todo o tipo de objetos de uso doméstico, ferramentas e dinheiro. Por esta década é frequente ver grupos de trabalhadores rurais a pedir pelas portas trabalho e esmola. Muitos foram presos pela GNR, «por andarem a apanhar bolota para comer»²³.

A partir desta altura e até ao fim do conflito mundial, os principais motivos das lutas sociais são o agravamento da miséria provocada pela subida do custo de vida e pela quebra dos salários, a falta de géneros, o racionamento, o açambarcamento e o mercado negro, à semelhança

²⁰ Fernando ROSAS, *O Estado Novo (1926-1974)*, Sétimo Volume da *História de Portugal* (Dir de José Mattoso), Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 275-276 e 381-383.

²¹ Fernando ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*, Lisboa: Editorial Estampa, 1995, pp. 400-406.

²² Fernando ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra ...*, p. 403. José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos ...*, p. 128.

²³ Teresa FONSECA, *Montemor-o-Novo - lugar de memória repressão e resistência ...*, pp. 78-79.

do que ocorrera nos anos finais da Primeira Guerra Mundial, sem descurarem no entanto a reivindicação pela subida das jornas. Neste contexto, o PCP incita os trabalhadores rurais a assaltar os montes dos grandes lavradores e a distribuir pelo povo faminto os géneros armazenados²⁴.

Até meados da década de 40, os trabalhadores são geralmente contratados sem conhecer o salário. Os que perguntam pelo preço da jorna ficam mal vistos e passam a ter dificuldade em arranjar trabalho. Os lavradores prometem apenas pagar o mesmo que os outros, sendo o valor previamente combinado entre eles. Mas a partir de então, os assalariados, liderados pelo PCP, passam a organizar «comissões de praça», nas quais negociam previamente com os contratadores de pessoal o preço a pagar, quase sempre aceite pelos patrões, dada a urgência das ceifas. De facto, as praças de jorna proporcionam aos trabalhadores condições salariais e laborais bem mais vantajosas que a contratação individualizada. Por isso, os lavradores fazem o possível por acabar com elas²⁵.

Devido às difíceis condições de luta, os trabalhadores passam, também nesta década, a utilizar as instituições criadas pela ditadura para formular as suas reivindicações, designadamente as Casas do Povo e os Grémios da Lavoura. As primeiras são criadas a partir dos anos 30, no âmbito da estrutura corporativa do Estado Novo, com o intuito de promover «a leal colaboração» entre os patrões e os assalariados rurais e assim anular a conflitualidade social. Em 1944, *O Militante* chama a atenção do proletariado agrícola para a conveniência de entrar «em massa» para as Casas do Povo e de formar «comissões» que exijam das direções ações em defesa dos seus interesses. E recomenda-lhes que tentem eleger para os corpos sociais «pessoas honestas e de confiança», a fim de converterem estas Casas em «organismos de luta e de defesa dos camponeses explorados»²⁶.

Dentro do mesmo processo de resistência e luta e perante a dificuldade de sobrevivência dos sindicatos clandestinos, o Partido Comunista passa a defender a infiltração dos operários nos sindicatos fascistas. Elegem-se, deste modo, dezenas de direções sindicais constituídas por elementos democratas²⁷.

Na década de 40, a Casa do Povo da vila de Montemor-o-Novo, certamente à semelhança do ocorrido nas demais localidades da região, representa o ponto de concentração preferencial dos protestos e reivindicações populares. Em outubro de 1944, 160 pessoas, à frente do edifício, exigem subida de salários, pão de melhor qualidade e em maior quantidade e outros bens alimentares. Em abril de 1945, 700 trabalhadores, incluindo 50 mulheres, reivindicam, no mesmo local, o aumento da jorna e a distribuição de azeite e toucinho, dos quais se sente enorme escassez. Não obtêm mais géneros, mas conseguem, pelo menos, um acréscimo salarial, embora aquém do reclamado²⁸.

Em 1945 a luta intensifica-se, acrescentando-se, às reivindicações anteriores, os esforços no sentido de conter a pretensão patronal de alargamento do horário de trabalho. Embora disseminado um pouco por todo o Alentejo, o movimento adquire particular intensidade no distrito de Évora, principalmente em Portel, Reguengos, S. Manços (Évora) e Montemor-o-Novo²⁹,

²⁴ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos ...*, p. 128.

²⁵ Teresa FONSECA, Montemor-o-Novo – lugar de memória repressão e resistência ..., pp. 79. José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos ...*, pp. 134-135.

²⁶ Fernando ROSAS, *O Estado Novo (1926-1974) ...*, pp. 279-280. *O Militante*. 3.ª Série. N.º 33. Novembro de 1944.

²⁷ *O Militante*. 3.ª Série. N.º 32. Outubro de 1944. E N.º 36, fevereiro de 1945.

²⁸ *Avante!* N.º 74. 1.ª Quinzena de abril de 1945.

²⁹ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos ...*, p. 129.

onde a jornada de luta, apesar de vencedora nas suas reivindicações, resulta num desfecho trágico.

Assim, nesta última vila, num domingo, dia 20 de maio, cerca de 2.000 trabalhadores concentram-se junto à Casa do Povo e ao Grémio da Lavoura a gritar por melhores salários. O Grémio, uma organização corporativa do patronato agrícola, não cede. Os trabalhadores no dia seguinte entram em greve e marcam nova concentração. Os elementos da GNR colocam-se estrategicamente nas diversas entradas de Montemor e ordenam a retirada de quem vinha para a reunião. Quem resiste à ordem é preso na praça de touros da vila, onde chegam a permanecer 1.500 homens e mulheres. A revolta alastra à freguesia de Lavre, onde 500 operários agrícolas aderem à greve, dos quais meia centena é detida e enviada para o mesmo recinto taurino, onde vários prisioneiros sofrem ameaças e espancamentos. Ao entardecer são todos soltos.

Esta grandiosa jornada de luta dá algum resultado, pois nos dias seguintes os trabalhadores passam a laborar pela jorna exigida, enquanto afluem à vila camionetas carregadas com os bens alimentares há muito reclamados. Entretanto, a 23, começam as prisões seletivas, incluindo a do latoeiro Germano dos Santos Vidigal, presidente do sindicato local da construção civil e dirigente da organização do PCP de Montemor. É torturado até à morte por agentes da PIDE, no posto da GNR da vila³⁰.

Além de Montemor, outras terras conseguem obter o valor salarial exigido, apesar das prisões e da violência exercida sobre os grevistas³¹.

Em 1946, embora sem a amplitude do ano anterior, registam-se greves rurais em Estremoz, Évora, Grândola, Machede (Évora), Montoito e Redondo, contra a tentativa patronal de imposição das «tabelas da fome».

Apesar das importantes conquistas laborais conseguidas nas praças de jorna, a partir da segunda metade da década e de forma mais intensa nos anos 50 e 60, a mecanização crescente, iniciada, como referimos, no século XIX, torna esta forma de luta cada vez menos eficaz. Então, *O Camponês*, criado em 1947 pelo PCP para orientar as reivindicações do proletariado rural, aconselha uma mudança de método, aplicado a partir deste ano: a ida em conjunto dos trabalhadores às herdades, e aí reclamar trabalho e a paragem das máquinas enquanto houver braços parados. Para o efeito, elegem «comissões de rancho» entre os elementos mais prestigiados. Nos locais onde se constituem, ocorrem as principais greves desse ano, como Aljustrel, Alpiarça, Castro Verde, Machede (Évora), Montemor-o-Novo, São Marcos da Ataboeira (Castro Verde) e Sines. Os lavradores tudo fazem para abafar as ações reivindicativas, chegando a apelar às autoridades para que recorram à repressão. Acontecem de facto prisões, praticadas pela GNR e pela PIDE em Canhestre (Ferreira do Alentejo), Mora, São Marcos da Ataboeira e Vale do Vargo (Serpa), incluindo de destacados dirigentes comunistas. Não obstante, as insurreições na altura das ceifas de 1947, que terão mobilizado, segundo *O Camponês*, cerca de 40.000 trabalhadores saldaram-se por uma vitória laboral generalizada³².

As reivindicações rurais alentejanas, até ao fim da década, terão sido 53 em 1947, 88 em 1948 e 92 em 1949. E embora concentradas na altura das ceifas, ocorrem ainda na época da monda (março-abril) e da apanha da azeitona (novembro-dezembro), nestes dois casos envolvendo sobretudo mulheres, bastante mais mal remuneradas que os seus companheiros. As mondadeiras vêm então a sua atividade ameaçada, com a introdução da monda química³³.

³⁰ Teresa FONSECA, Montemor-o-Novo – lugar de memória repressão e resistência ..., pp. 80-82.

³¹ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos* ..., p. 129.

³² José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos* ..., p. 136-139.

³³ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos* ..., p. 141-142.

Na primeira metade da década de 50, a força reivindicativa do proletariado agrícola impede a descida das jornas e possibilita até uma ligeira subida na altura das ceifas, apesar das tentativas intimidatórias da GNR, da PIDE e de legionários. Em certas localidades, a presença marcante destas forças repressivas faz parte do quotidiano rural, designadamente em Alpiarça, Aldeia Nova de São Bento (Serpa), Montemor-o-Novo, Pias e Vale do Vargo. É neste ambiente que a 19 de maio de 1954 ocorre o assassinio em Baleizão de Catarina Eufémia, durante uma greve de cerca de 2.000 trabalhadores pela subida da jorna³⁴. Todavia, a intensificação imparável da mecanização origina, em 1956, desemprego na época das ceifas, situação que não ocorria desde o início dos anos 30, com a consequente descida remuneratória. Só a Beja chegam, por estes anos, 300 novas ceifeiras-debulhadoras, a acrescentar às 200 já existentes³⁵.



Desenho de Álvaro Cunhal relativo ao assassinato de Catarina Eufémia. Extr. de *Partido Comunista Português. 60 Anos de Luta*, Lisboa: Edições Avante!, 1981, p. 89.

É neste contexto laboral difícil que ocorre, em Montemor-o-Novo, o segundo desfecho trágico destes anos, com o assassinato de José Adelino dos Santos. Após a farsa eleitoral de 8 de junho de 1958, que se segue ao «terramoto Delgado», o ambiente de agitação demora a acalmar, apesar da violenta repressão policial. O Partido Comunista Português aproveita este rescaldo contestatário para introduzir reivindicações de carácter laboral, concretizadas através de numerosas paralisações um pouco por todo o país. A 16 de junho, em Baleizão, mais de 2.000 operários agrícolas e industriais suspendem o trabalho. No mesmo dia ocorrem greves no Alandroal, acompanhadas de manifestações de rua, reprimidas com violência. Ainda neste mês, mais de 5.000 pescadores da Afurada (Vila Nova de Gaia), Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, protagonizam o maior surto grevista fora do meio rural. A 23 do mesmo mês, em Montemor-o-Novo, algumas centenas de trabalhadores suspendem a atividade da parte da tarde e concentram-se junto à câmara municipal. Protestam contra a burla eleitoral e reivindi-

³⁴ *Partido Comunista Português. 60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria. 1921-1981*, Lisboa: Edições Avante!, 1981, p. 88-89.

³⁵ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos ...*, p. 145-147.

cam emprego e salários dignos. A manifestação é reprimida a tiro, e José Adelino dos Santos, um dirigente comunista local, é mortalmente atingido. As saídas da vila são barradas, e fazem-se numerosas detenções. O funeral de José Adelino dos Santos, acompanhado por 2.500 pessoas, representa uma expressiva manifestação de protesto e de luto³⁶.

Entre 1 de maio e o final deste ano de 1958 são presas 1.013 pessoas, muitas das quais comunistas³⁷.



Monumento comemorativo do assassinato de José Adelino dos Santos, erguido junto ao local onde tombou assassinado.

Foto da autora.

A crise política aberta pela campanha eleitoral de Humberto Delgado teve o seu ponto culminante no ano de 1962. Na madrugada do dia 1 de janeiro, ocorre o assalto, embora fracassado, ao quartel de Beja. Em janeiro e março, o povo do Porto manifesta-se contra o regime. Entre março e junho eclode a crise académica, que rapidamente atinge uma dimensão nacional. Em maio e junho surgem, em Lisboa e na Margem Sul, manifestações de rua que resultam em paralisações e confrontos com a polícia³⁸.

Até 1962, o horário de trabalho no campo estende-se por 12 ou 13 horas diárias. De meados de setembro a maio alarga-se de sol a sol, com uma hora de intervalo para o almoço (entre as 9 e as 10 horas), duas para jantar (por volta das 13 horas) e meia hora para a merenda (pelas 18 horas)³⁹.

³⁶ *Avante!* N.º 258, 1.ª quinzena de julho de 1958. José Pacheco PEREIRA, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. O prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa: Temas e Debates, 2005, pp. 655-656 e 665-667. Teresa FONSECA, José Adelino dos Santos e a resistência à ditadura em Montemor-o-Novo, *Almansor*, N.º 7, 2.ª Série, Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 2008, pp. 217-227.

³⁷ Irene Flunser PIMENTEL, *A história da PIDE*, Lisboa: Círculo de Leitores / Temas & Debates / Autora, 2007, p. 160.

³⁸ Irene Flunser PIMENTEL, *A história da PIDE*, pp. 418-419.

³⁹ Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo ...*, pp. 33-34.

O processo reivindicativo das 8 horas começa a ser preparado em 1957, como alternativa à descida dos salários resultante da concorrência da mecanização agrícola. Durante cinco anos, promovem-se centenas de reuniões e plenários, alguns dos quais com a participação de funcionários do PCP. Constituem-se «comissões de unidade» para impulsionar a campanha a nível de cada concelho. Posteriormente são criadas comissões distritais e por último uma mais alargada, representativa dos distritos de Évora, Beja, Portalegre, dos concelhos litorais do distrito de Setúbal e da freguesia do Couço (Coruche). A Rádio Moscovo e a Rádio Portugal Livre ajudam a divulgar a reivindicação. E finalmente no começo de 1962, *O Camponês* exorta o proletariado agrícola a iniciar, no dia 1.º de Maio, o horário das 8 horas⁴⁰. No final do ano, esta importante conquista é já uma realidade em todo o Alentejo e no sul do Ribatejo, com efeitos profundos na vida dos trabalhadores e das suas famílias⁴¹.

Em março de 1956, o Ministério das Obras Públicas cria uma Comissão Coordenadora das Obras Públicas do Alentejo (CCOPA), com o intuito de combater o desemprego rural através da coordenação dos trabalhos públicos. Essa competência transita assim das câmaras e das Casas do Povo para um organismo centralizador e mais eficaz. Os resultados, no entanto, ficam abaixo do esperado. De facto, o desemprego sazonal apenas termina com a emigração em massa dos anos 60. Desta forma, as tensões conflituais diminuem drasticamente nos anos seguintes. A menor oferta de mão-de-obra faz subir o valor das jornas e o nível de emprego. Os salários mínimos duplicam entre 1961 e 1968. Acaba assim um longo ciclo da vida dos trabalhadores rurais alentejanos, e outro se abrirá com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Reforma Agrária, temas que já não fazem parte deste texto.

⁴⁰ António Joaquim GERVÁSIO, o PCP e a resistência à ditadura fascista no concelho de Montemor-o-Novo, *Almansor*, N.º 12, 1.ª Série, Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1994, pp. 340-342 (331-350).

⁴¹ José Pacheco PEREIRA, *Conflitos sociais nos campos ...*, pp. 151-156.

A **Casa do Alentejo** é considerada como um espaço associativo único e privilegiado na capital. Espaço que, em 100 anos, é aglutinador de um Povo com uma Identidade e uma Cultura próprias, marcantes de uma Região – o nosso Alentejo.

Nas primeiras décadas do século XX, há uma deslocação das populações rurais alentejanas para a periferia da capital, à procura de melhores condições de vida. Os alentejanos da diáspora não esqueciam as suas “terras-berço” do Alentejo, deixavam, a custo, os seus locais de origem, sentindo-se deslocados e desenraizados na grande cidade. Porém, procuravam o convívio e a agregação que lhes minavam as saudades, porque, juntos, sentiam-se mais fortes, mais unidos e festejavam as suas tradições, a cultura alentejana. Fundar uma associação alentejana era o grande objectivo dos seus naturais e, após goradas algumas tentativas, pode assinalar-se, como acto conseguido, a fundação da Associação Regionalista Grémio Alentejano, em 10 de Junho de 1923, no Bairro Alto. O Grémio percorreu, durante 9 anos, várias sedes pequenas e improvisadas, até chegar, em 1932, ao sumptuoso Palácio Alverca, situado numa das artérias mais movimentadas da capital. Em 1939, a Associação foi obrigada a designar-se por Casa do Alentejo.

JOÃO PROENÇA

Presidente da Direção da Casa do Alentejo

É neste magnífico espaço que os alentejanos procuram dar a conhecer a sua criatividade, nos mais diversos campos artísticos, seja através da poesia, da literatura ou da pintura, e, como tal, estão presentes textos alusivos a alguns dos maiores escritores, poetas e pintores que tinham o Alentejo no coração, e também alguns que, felizmente, estão entre nós e simbolizam o que de melhor se continua a fazer, no Alentejo, em termos de prosa e de poesia.

(...) Poderíamos dizer, se é que isso é possível, que esta agremiação, hoje chamada “Casa do Alentejo”, foi constituída para defender a identidade e a cultura do Alentejo, mas que também, está aberta ao Mundo e às suas diversas manifestações culturais, sempre que elas sejam inspiradas, como princípios incontornáveis, pelos valores da Paz, da Justiça Social e da Liberdade.

ROSA HONRADO CALADO E

FERNANDO MÃO DE FERRO